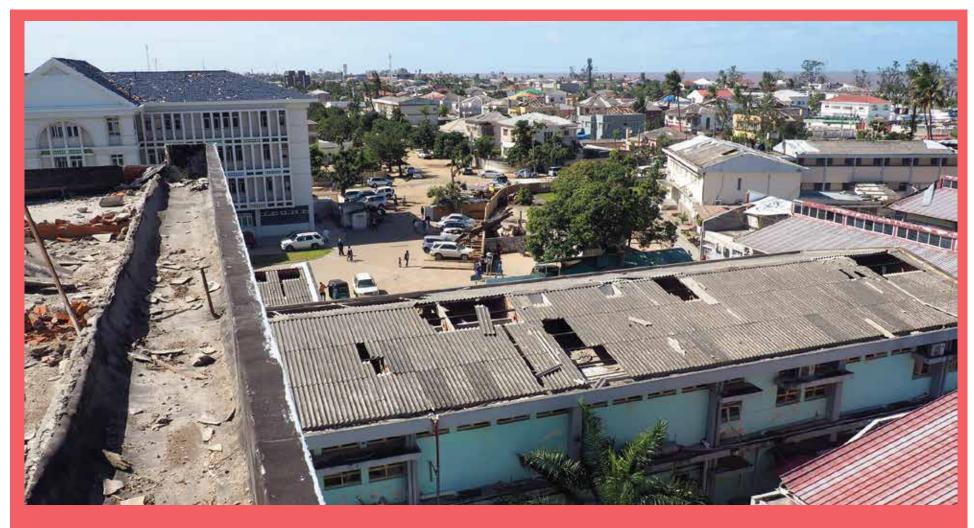
CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2016

Importância económica das IPSS é cada vez maior



HEALTH4MOZ AJUDA MOÇAMBIQUE A RECUPERAR DO IDAI

ONG portuguesa reconstrói Hospital Central da Beira



ÁGUEDA Aldeia Social é solução d'Os Pioneiros para uma resposta pré-lar



APPC promoveu congresso sobre alimentação na deficiência



PAR São precisas instituições anfitriãs para acolher mais 340 refugiados

Autorizado pelos CTT a circular em involucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN Mersário da CNIS



José Leirião Membro da CNIS

O Compromisso do Conselho Europeu na cimeira de Sibiu

No final de Maio realizou-se em Sibiu (Roménia) uma cimeira especial do Conselho Europeu dedicada a olhar para a frente e definir o futuro próximo comum dos europeus Foi uma cimeira que despertou entusiasmo e expectativa porque representava o estabelecimento de um compromisso entre o poder político e a sociedade civil, cuja relação desde há dez que se encontrava em situação de quase divórcio fazendo tocar as campainhas de alarme por toda a EU e também devido ao crescimento de partidos pouco aderentes aos valores e objectivos comuns europeus e, por isso, poderiam colocar em causa o futuro democrático da UE. Todas as instituições foram chamadas a colaborar com ideias para que a Declaração tivesse um impacto positivo no resultado das recentes eleições europeias, o que facto veio a acontecer. O Comité Económico e Social Europeu esteve na primeira linha neste trabalho. Gostaria pois de partilhar convosco o teor da Declaração de Sibiu que representa o Compromisso dos dirigentes políticos europeus, Parlamento, Comissão e Governos dos Estados Membros, que terão de responder seriamente perante a sociedade civil europeia, com políticas mais socialmente inclusivas, crescimento económico, apoios às empresas proporcionando melhor ambiente para os negócios, mais e melhores empregos, melhores salários, investimento na saúde, educação assistência e solidariedade social e infra-estruturas, isto é, investimento público que provoque efeito multiplicador no investimento privado que conduza ao avanço tenológica nas PME, aumentado assim a produtividade.

A Declaração começa por referir os sucessos alcançados desde há sessenta anos da fundação da CEE (1957) e reconhece os enormes desafios que se colocam no presente e futuro breve.

Definiram os seguintes dez compromissos, acordados por unanimidade e assumida a responsabilidade pelos Estados Membros para com a sociedade civil os quais iriam moldar a suaactuação no futuro:

Defenderemos uma única Europa, do Este ao Oeste e do Norte ao Sul. Trinta anos antes milhões de pessoas tinham lutado pela sua liberdade e unidade e derrubaram a cortina de ferro, a qual dividiu a Europa durante décadas, não há lugar para divisões que funcionem contra o nosso interesse colectivo.

Nós (Leaders europeus) permaneceremos sempre unidos nos bons e maus momentos. Nós demonstraremos sempre solidariedade entre nós, em tempos de necessidade e sempre nos apoiaremos e permaneceremos juntos. Nós podemos e devemos falar a uma só voz.

Nós procuraremos sempre por soluções conjuntas, escutando-nos uns aos outros num espírito de compreensão e respeito.

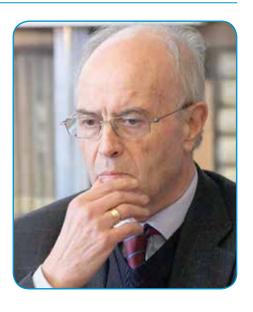
Continuaremos a proteger o nosso modo de vida, democracia e o Estado de Direito. Os direitos inalienáveis e as liberdades fundamentais europeias arduamente conquistadas, que nunca serão tomadas como totalmente garantidas e defenderemos sempre os valores partilhados e princípios do Tratado.

Nós sempre ofereceremos soluções nos domínios essenciais. A Europa continuará a ser grande nos grandes temas.

Nós sempre defenderemos os princípios da justiça quer seja no mercado de trabalho, no bem -estar social, na economia ou na transformação digital.

Nós providenciaremos os meios para responder às nossas ambições.

Nós salvaguardaremos o futuro das



próximas gerações de europeus. Nós investiremos na juventude e construiremos uma União para o futuro capaz de fazer face aos desafios mais pressionantes do século XXI.

Nós protegeremos os cidadãos e mantê-los -emos em segurança através de investimento, no poder de persuasão como do poder militar e trabalhando com os nossos parceiros internacionais.

A Europa será um leader global responsável. Os desafios que enfrentamos hoje afecta-nos a todos. Nós continuaremos a trabalhar com os nossos parceiros globais, defenderemos e desenvolveremos as bases da ordem internacional e combateremos as alterações climáticas.

As decisões que tomaremos seguirão o espírito e a letra destes dez compromissos.

Conselho Europeu em 9 de Maio 2019.

Breve comentário: Com efeito, esta Declaração compromete todos os níveis de decisão na União Europeia e Estados Membros e pode representar um recomeço da construção de uma União de volta ao Bem Estar Social, democracia, rendimento mínimo para todos e conseguir a implementação do Pilar dos Direitos Sociais, condição única para acabar com a exclusão social e a pobreza. É uma narrativa de compromisso, cujo cumprimento deve ser seguido de muito perto por todos os europeus. Podemos registar um primeiro sucesso que foi o resultado das eleições para o Parlamento Europeu.

DIA 5 DE SETEMBRO NA FUNDAÇÃO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA

Paulo Pedroso é o convidado da Conferência «Empresas Sociais e Inovação»

A CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade vai promover a Conferência «Empresas Sociais e Inovação», no próximo dia 5 de setembro, a partir das 14h00.

O encontro realiza-se no auditório da Fundação Manuel António da Mota, no Porto, tendo como conferencista convidado Paulo Pedroso, antigo ministro do Trabalho e da Solidariedade, no Governo liderado por António Guterres.

Atualmente a representar Portugal no Banco Mundial, Paulo Pedroso junta-se ao padre Lino Maia, presidente da CNIS, ao padre José Baptista, que apresentará a sessão, e a Américo Mendes, coordenador da ATES (Área Transversal da Economia Social, da Universidade Católica) que irá comentar.

A conferência tem como objetivo primordial ajudar a CNIS e as suas associadas a refletirem sobre os conceitos de Empresa Social e da Inovação, duas vertentes que assomam cada vez mais no horizonte temporal.

A participação é gratuita, mas de inscrição obrigatória, que pode ser feita em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSehMYp1JQJL-CJLFFHQtXN8OvqTmlQgZfy6NTKkd0Pq_sBjK-A/viewform





Padre Lino Maia Presidente da CNIS



Conta Satélite da Economia Social

1. No passado dia 19 de julho, nas instalações do Instituto Nacional de Estatística - INE, foram divulgados os resultados da terceira edição da Conta Satélite da Economia Social, relativa ao ano de 2016.

A disponibilização de informação estatística atualizada destina-se a permitir efetuar uma avaliação da dimensão económica e das principais caraterísticas da Economia Social no nosso país.

2. Em 2016, a Economia Social representava 3,0% (4.819M€) do Valor Acrescentado Bruto (VAB), 5,3% (4.321M€) das remunerações e do emprego total e 6,1% (234.886 ETC - Equivalente a Tempo Completo) do emprego remunerado da economia nacional.

O número total de entidades era de 71.885, e o grupo das Associações com fins altruísticos era o dominante, representando 92,9% do total das entidades, 60,1% do VAB, 61,9% das remunerações e 64,4% do emprego remunerado.

No que respeita às IPSS foram quantificadas 5.622, em linha com as identificadas no estudo da CNIS para igual período, não obstante representarem apenas 7,8% do total das entidades continuam a ter um peso determinante em termos das contas públicas.

Elas contribuíram com 44,2% (2.129M€) para o VAB, 51,5% (2.228M€) para as remunerações e o emprego total e 63,1% (148.287 ETC) para o emprego remunerado - estes dados evidenciam claramente a importância e o peso das IPSS na Economia Social e na Economia Nacional.

3. Esta é a terceira edição da Conta Satélite. As anteriores referem-se aos anos de 2010 e 2013, o que já nos permite fazer uma breve análise comparativa para nos ajudar a perceber melhor a evolução e o comportamento deste setor por relação à evolução do conjunto da economia.

Em 2016, face a 2013 o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social aumentou, 14,6%, em termos nominais, enquanto que o crescimento observado no conjunto da economia foi de 8.3%.

O crescimento das remunerações e do emprego total da Economia Social, no mesmo período, foi respetivamente, 8,8% e 8,5%, enquanto que o do total da economia foi de 7,3% e 5,8%, respetivamente.

O número total de entidades da Economia Social continua a crescer: 71.885 (2016) contra 61.286 (2013), taxa de crescimento de 17,2%.

No que respeita às IPSS também têm crescido mas de forma menos acentuada: 5.622 (2016) contra 5584 (2013) e 5022 (2010).

Importa mais uma vez evidenciar o comportamento da Economia Social em 2013, em plena crise económica e financeira, onde se registou um crescimento de 10,6% do número de entidades 61.268 (em 2013) contra 55.383 (2010) e do seu peso no emprego total (5,2%) e no emprego remunerado (6%) na economia nacional, além de um aumento da remuneração média por trabalhador face à média nacional, em comparação com os resultados apurados na Conta Satélite da Economia Social com dados de 2010.

O contributo da economia social para a criação de riqueza (VAB) nacional, manteve-se estável o que significa, atendendo à redução do VAB nacional, que registou neste período, em termos relativos, um ligeiro acréscimo.

Mais uma vez os resultados da Conta Satélite da Economia Social demonstram, de forma inequívoca, que as entidades que dão o primado às pessoas que se regem designadamente, por princípios de solidariedade, de autonomia e que afetam os excedentes à economia social, são absolutamente essenciais para o funcionamento da economia nacional e para o bem estar e a coesão social do pais.





CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2016

IPSS representam mais de metade das remunerações e do emprego remunerado

Revelada a Conta Satélite da Economia Social, os dados apurados voltam a demonstrar o relevante peso deste sector no todo da economia nacional e revelam ainda um fortalecimento significativo e um crescimento superior ao dos outros sectores económicos. No mesmo sentido, a importância das IPSS na Economia Social continua grande e a crescer. São apenas 7,8% do número total de entidades, mas representam 44,2% do VAB, 51,5% das remunerações e 63,1% do emprego remunerado. Por outro lado, o Inquérito ao Trabalho Voluntário, realizado em 2018, revela uma taxa de 7,8%, com cerca de 695 mil pessoas da população residente, com 15 ou mais anos, participaram em atividades voluntárias sem remuneração.

Desde 2010 que o Instituto Nacional de Estatística (INE), em parceria com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), tem elaborado a Conta Satélite da Economia Social (CSES), um documento publicado de três em três anos e que reúne os indicadores mais relevantes do sector.

Tal como referiu Eduardo Graça, presidente da CASES, na sessão de apresentação da CSES 2016, "já é possível falar de uma série, pois esta já é a terceira edição".

De facto, depois das edições de 2010 e 2013, chega agora a Conta Satélite da Economia Social 2016, que apresenta uma grande diversidade de indicadores relativos à atividade do sector, através dos quais é evidente a sua crescente influência e importância no todo da economia portuguesa.

Logo à cabeça, surge o dado de que a Economia Social representou, em 2016, 3,0% do VAB (Valor Acrescentado Bruto), tendo aumentado 14,6%, em termos nominais, face a 2013.

Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia, que ficou pelos 8,3%, no mesmo período.

Por outro lado, a Economia Social representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado em toda a economia nacional.

Face a 2013, as remunerações e o emprego total da Economia Social aumentaram, respetivamente, 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o global da economia, que ficou pelos 7,3% e 5,8%, respetivamente.

Ainda nesta comparação, verifica-se a tendência antiga para a remuneração média da Economia Social (86,3) ser bastante inferior à das Sociedades financeiras (218,7) e das Administrações Públicas

No entanto, 89,7% do VAB da Economia Social destina-se a remunerações, observando uma percentagem muito superior no conjunto da economia, que é apenas de 50,5%.



Por grupos de entidades da Economia Social, as Associações com fins altruísticos, onde pontifica o grosso do número das IPSS existentes, mas também as coletividades de cultura, recreio e desporto, evidenciavam-se em número de entidades (92,9%), no VAB (60,1%), nas remunerações (61,9%) e no emprego remunerado (64,6%).

Mas vamos por partes. A CSES 2016 introduziu algumas alterações ao modelo de elaboração, passando a servir-se de novas duas fontes de informação, a base de dados Archeevo, do Ministério da Administração Interna e ainda da declaração mensal de remunerações à Segurança Social, e passou a utilizar os critérios do Manual das Nações Unidas («Satellite Account on Non-profit and Related Institution and Volunteer Work»), um documento produzido pelo Departamento de Economia e Assuntos Sociais, da ONU.



Uma das principais implicações desta introdução de novos critérios é a mudança de classificação de algumas entidades da Economia Social, que transitam do âmbito dos serviços



sociais para a saúde, entre outras. E, aqui em concreto, trata-se daquelas entidades que pela circunstância de prestarem serviços de saúde, apesar dessa não ser a sua primeira missão, passarem a ser consideradas não entidades da área social, mas sim da saúde. É o caso, por exemplo, das ERPI - Estruturas Residenciais Para Idosos, que para além de acolherem os seniores, prestam-lhes cuidados de saúde, muitas vezes integrando um corpo clínico no seu quadro de pessoal.

Ora, se já nas anteriores Contas Satélite as IPSS não constituíam um grupo distinto dos demais, até porque o documento demonstra que há IPSS em praticamente todos os grupos identificados, com esta alteração essa situação aprofunda-se.

Senão, vejamos... O peso das IPSS nos diversos grupos das entidades da Economia Social é o seguinte: Misericórdias, 99,7%; Associações Mutualistas, 95,9%; Fundações, 41,8%; ACFA -Associações Com Fins Altruísticos, 7,1%; Cooperativas, 6,7%; e SCA - Subsectores Comunitário e Autogestionário, 0,2%.

Curiosamente, no grupo das ACFA, o peso em número é de apenas 7,1%, mas, à exceção deste indicador, as IPSS são quem lhe confere grandeza

Assim, olhando à atividade principal das entidades deste grupo, verifica-se que em termos de número a Cultura, Comunicação e Atividades de Recreio (o forte das Coletividade de Cultura, Desporto e Recreio) representa 49,8%. No entanto, quando se observa o VAB (34,5%), as Remunerações (34,4%) e Emprego Remunerado (38,0%) são as entidades que desenvolvem Serviços Sociais que se destacam.

Por outro lado, olhando à importância relativa das IPSS na Economia Social, comparando 2013 (uma conta elaborada em plena crise económica) e 2016, é notória a evolução e a crescente importância do Sector Social Solidário.

Em termos de Produção passou de 32,95 (2013) para 38,85 (2016); de Consumo Intermédio de 22,8% para 32,4%; do VAB de 43% para 44,2%; das Remunerações de 44,1% para 51,5%; de Outros Subsídios à Produção de 27,8% para 31,2%; e de Emprego Remunerado de 60,4% para 63,1%.

Só na rubrica Outros Impostos sobre a Produção se verificou uma descida de 1,8% para

É assim evidente a importância das IPSS na Economia Social, especialmente nas questões do emprego e das remunerações, revelando-se um sector fundamental na vida das famílias.

Comparando com outros países, e apesar da escassez de informação e de serem ainda poucos os países a coligirem informação, a Economia Social em Portugal regista um peso de 3% no global da Economia, resultado suplantado pela da Bélgica, com 6,1% (dados de 2014), pela da França, com 6% (2013) e pela da Itália, com 3,5% (2011).

Em sentido oposto, a Roménia regista um peso de apenas 1,9% e a Polónia de 1,4%, ambos resultados recolhidos em 2012.

Porque este é um documento de extrema importância para o sector, a CNIS esteve representada na sessão de apresentação da CSES 2016 pelo presidente e vice-presidente, padre Lino maia e Eleutério Alves, respetivamente.





TRABALHO VOLUNTÁRIO

A sessão de apresentação da CSES 2016 serviu ainda para divulgar os resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV), realizado no último trimestre de 2018, e que se baseia num universo de pouco mais de três mil inquéritos.

A primeira conclusão a que o ITV 2018 permitiu chegar é que 695 mil pessoas, com 15 ou mais anos, participaram em atividades voluntárias sem remuneração.

Assim, a taxa de voluntariado em 2018 foi de 7,8%, tendo cerca de 695 mil pessoas da população residente, com 15 ou mais anos, participado em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário.

A taxa de voluntariado feminina foi superior à masculina (8,1% contra 7,6%), enquanto o escalão etário predominante foi o dos 15-24 anos (11,3%).

Por outro lado, a participação no trabalho voluntário aumentou progressivamente com o nível de escolaridade (15,1% nos indivíduos com ensino superior), enquanto a taxa de voluntariado foi superior nos indivíduos desempregados (10,5%) e solteiros (9,1%).

Prosseguindo a sua missão de reunir e tratar a mais diversa informação essencial ao nom funcionamento da sociedade, o Instituto Nacional de Estatística está a preparar mais trabalhos relacionados com o sector da Economia Social.

Para além de uma nova publicação bilingue, em papel e em digital, da CSES 2016, o INE pretende sistematizar as datas de constituição das entidades que integram a CSES 2016 e, por outro lado, identificar os Beneficios Fiscais das entidades da Economia Social.

É também intenção do INE elaborar um trabalho de caracterização do trabalho na Economia Social, em aspetos como a execução de penas e medidas de prestação de trabalho a favor da comunidade em entidades da Economia Social e também dos trabalhadores com perda ou anomalia de estruturas ou funções do corpo com implicações na prestação de trabalho em entidades da Economia Social.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



OS PIONEIROS - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE MOURISCA DO VOUGA, ÁGUEDA

É fundamental criar uma resposta para as pessoas ainda autónomas e que precisam de apoio

Sedeada em Mourisca do Vouga, concelho de Águeda, Os Pioneiros tocam todas as áreas das respostas sociais, mas é a Aldeia Social o grande trunfo da instituição na abordagem do futuro. Apresentando as casinhas autónomas como a resposta de futuro para idosos ainda autónomos e para quem as ERPI, "que mais parecem Unidades de Cuidados Continuados", não são solução, o presidente da instituição exige que o legislador olhe atentamente para esta solução e a enquadre devidamente na legislação da proteção social.

"Os Pioneiros foram sempre uma associação muito ativa e sempre tiveram uma atitude de crescimento. Eu cheguei há 10 anos, já isto era uma grande instituição, que tem crescido bastante bem. Nasceu de uma associação de pais perante a necessidade de aproveitamento dos tempos livres quando as crianças saíam da escola", recorda o atual presidente José Carlos Arede.

Os Pioneiros – Associação de Pais de Mourisca do Vouga é uma IPSS do concelho de Águeda, nascida numa localidade pertencente à freguesia de Trofa, hoje União de Freguesias de Trofa, Lamaçães e Lamas do Vouga, em 1985.

"Neste momento toca quase todas as valências da infância e da terceira idade, resume o presidente da instituição, lembrando que "há cerca de dois anos começou também a trabalhar a área da deficiência, para já com uma Residência Autónoma, pequenina, para cinco pessoas, e ainda há um projeto de CAO, já com equipamento preparado".

Alexandra Alves, diretora-técnica da instituição, lembra os marcos da história d'Os Pioneiros: "A seguir ao ATL, a resposta que a associação implementou foi o Centro de Convívio. Havia muitos idosos na freguesia que precisavam apenas de um ponto de encontro, pois eram bastante autónomos e independentes. Até nessa questão o nosso percurso é um pouco diferente das outras IPSS, que começam com aquelas respostas mais tradicionais, o Centro de Dia e o Lar, mas nós arrancámos com o Centro de Convívio e, a partir daí, é que surgiu o Centro de Dia, depois o Serviço de Apoio Domiciliário e, só mais tarde, o Lar".

Por outro lado, a técnica lembra que "igualmente importante foi a vinda para o atual edificio, em 1997, porque a instituição nasceu em duas casas muito pequenas e velhas", recordando ainda que, "nessa altura, as respostas eram, na infância, o infantário e o ATL e, na terceira idade, o Centro de Convívio, o Centro de Dia e o SAD, pois o Lar abriu apenas em 2001".

Para o presidente José Carlos Arede, "a instituição tem tido um crescimento sustentado e atualmente abrange as três freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, que com a união de freguesias acabou por ficar a ser apenas uma", acrescentando: "A instituição de alguma forma



até foi o epicentro disto, porque sempre teve a sua área de intervenção nestas três freguesias e quando houve esta junção, nem Segadães, nem Lamas do Vouga, tinham qualquer IPSS".

Após 2001, "o grande passo foi o avançar com a ERPI e, em 2010, com a implementação do projeto das casinhas", acrescenta.

Servindo uma população "de baixos rendimentos, na maioria população rural, com baixas reformas", e "apesar de haver muita indústria, os utentes eram operários, pelo que os rendimentos são baixos", sublinha José Carlos Arede

A isto, Alexandra Alves acrescenta que "o facto de Águeda ser um concelho muito industrializado levou a que muitas pessoas migrassem para cá à procura de trabalho, mas onde não tinham raízes nem família de apoio". Depois, "a maioria era mão-de-obra não qualificada o que, hoje, na reforma leva a que tenham rendimentos baixos", o que acaba por condicionar a ação da instituição.

"Bem, as mensalidades são em função dos rendimentos e, como são baixos, temos que fazer uma gestão apertada, até porque não estamos numa grande cidade, onde há mensalidades muito mais altas", sustenta José Carlos Arede, acrescentando: "Temos que perceber que vivemos no mundo rural, onde muitas pessoas têm uma reforma social, portanto, temos que fazer uma gestão criteriosa e adaptada a esta realidade".

A realidade d'Os Pioneiros é que tem crianças em creche e idosos em SAD que estão fora do acordo de cooperação, "mas as mensalidades são calculadas como se estivessem protocolizados", garante o presidente.

"Temos que nos saber reinventar. As IPSS estão a passar um momento terrível, até porque só recentemente, já depois de meio ano decorrido, se soube qual seria o valor da comparticipação do Estado. Entretanto, aumentámos os funcionários, o que representou um impacto de 3.700 euros, e estivemos meio ano sem receber mais nada. Vivemos tempos difíceis e sei, pelas funções na UDIPSS Aveiro, que 40% das nossas instituições estão à beira da falência técnica. Não é o caso da nossa, mas vamos sobrevivendo com algumas dificuldades. Felizmente, não temos nenhum ano em que não tenhamos um



valor de cerca de 140 mil euros em donativos, o que ajuda, e muito, a instituição a sobreviver. Sem este complemento era muito dificil", revela o presidente, especificando: "Temos ainda recebido algumas doações de património, que nunca vendemos, mas que requalificamos e devolvemos à comunidade com rendas sociais. Temos assim 13 casas no âmbito do SAAS".

No entanto, o momento presente do Sector Social Solidário não deixa José Carlos Arede descansado: "O que eu temo é que quando começarem a desencadear-se os problemas nas IPSS, e a sê-lo será em cadeia, o Governo não consiga fazer nada. Há instituições a pedir financiamento à banca para pagar salários e isto é algo que não devia acontecer. Isto torna a situação das instituições insustentável".

Apesar da vida não ser fácil, Os Pioneiros é uma instituição que olha para o futuro com ambicão.

"Somos sonhadores e, nesta área social, temos que ser um bocadinho sonhadores, senão não crescemos, nem respondemos às necessidades. É preciso ter visão de futuro e ir muito além do que é uma resposta típica para a Segurança Social. E nesse capítulo temos feito jus ao nosso nome, pois temos sido sempre pioneiros", defende José Carlos Arede, que avanca com alguns dos projetos que a instituição pretende pôs em marcha: "Em dezembro, abrimos a Residência Autónoma, para a qual estabelecemos um acordo de cooperação. Temos no PROCOOP uma candidatura para CAO, para 30 utentes, e ainda uma outra para uma resposta atípica e que consideramos muito inovadora que é a aldeia social, ou seja, as casinhas autónomas".

Este é, de facto, um projeto inovador, abraçado ainda por poucas instituições, mas que o presidente d'Os Pioneiros considera como fundamental para o futuro, que se quer já... ontem: "É urgente o legislador perceber que a realidade mudou. Os lares de há 30 anos são muito diferentes dos de hoje. É que dantes as pessoas entravam ainda com mobilidade, agora quem consegue vaga no lar já está num estado de dependência muito elevado e com mais idade. O nosso lar tem 80% de pessoas acamadas, o que dificulta o trabalho dos nossos trabalhadores e exige, desde logo, uma equipa maior. Depois, é extremamente difícil trabalhar com estes utentes. A razão das casinhas tem que ver com o facto de hoje os nossos lares serem quase Unidades de Cuidados Continuados. E quem ainda é autónomo e quer ir para um lar, quando faz uma visita, apesar de as pessoas serem muito bem tratadas, fica com uma imagem muito negativa. É de facto uma visão deprimente!".

Por isso, José Carlos Arede reforça que "é importante que o legislador olhe para isto e perceba que é preciso criar uma resposta social para estas pessoas, que lhe chame o que quiser, casinhas autónomas, pré-lar, ante-lar, aldeia social, cohousing, mas, importante, é criar uma resposta para antes do lar para as pessoas que são autónomas, mas que não têm retaguarda familiar".

Por outro lado, "essa visão deprimente temna também a família, mas esta não tem outra alternativa", refere, defendendo: "Por isso, é fundamental criar uma resposta que anteceda a ERPI. Com a mediatização desta resposta das casinhas autónomas, fomos visitados por muitas instituições. No entanto, há aqui um





problema que se prende com o enquadramento legal das casinhas. Esta é uma situação que está a ser empurrada com a barriga, porque em termos de legislação há muito que fazer. Não estamos ilegais, mas precisamos de enquadramento legal para esta resposta, que é cada vez mais necessária. E é uma resposta sustentável, porque num lar os grandes custos são com o pessoal, por causa dos turnos, mas na aldeia social, como são pessoas autónomas, só precisam da equipa durante o dia e, depois, é rentabilizar os serviços da instituição, esticando-os um pouco para apoiarem estas pessoas".

Para Alexandra Alves, "com o envelhecimento da população e o aumento da esperança de vida, as necessidades e os problemas nesta franja da população são completamente diferentes do que eram há 30 anos", considerando que "há falta de vontade política para criar essa resposta social e torná-la típica".

E como seria Mourisca do Vouga sem Os

"Bem, logo à partida, Os Pioneiros é o maior empregador da freguesia, para além da importância no apoio à população, pois começamos nos bebés e vamos até ao fim da linha da vida. Seria, seguramente, mais pobre, mais desprotegida, com mais problemas de ordem social", defende José Carlos Arede.

Atualmente, Os Pioneiros acolhem, em creche 75 bebés, em Pré-escolar 44 petizes, em CATL 47 crianças, em Centro de Convívio 30 utentes, em Centro de Dia 37, em ERPI 32 idosos e, nesta área da Terceira Idade, ainda 52 em SAD. Neste âmbito, e no seu projeto pioneiro da Aldeia Social, a instituição apoia 17 utentes.

Para além disto, e já não é pouco, a instituição acompanha 24 famílias no âmbito do RSI, mais de 100 famílias no SAAS, cerca de 70 pessoas em termos de ajudas técnicas e ainda assegura, com sete professores, as AEC de 190 alunos no Centro Educativo de Trofa.

Para além destas respostas, fruto do património doado, a instituição proporciona 13 habitações na União de Freguesias a outras tantas famílias a renda social.

Isto, tudo com o empenho de uma equipa de cerca de uma centena de funcionários.



LAR DO DIVINO SALVADOR, ÍLHAVO

Surf feminino contribui para «Onda Solidária»

Pelo quarto ano consecutivo, o Activo Bank doa um euro por cada onda surfada na Miss Activo Cup, a única prova do Nacional de Surf e do Europeu de Bodyboard exclusivamente feminina e que se realiza desde 2005, na praia da Costa Nova, em Ílhavo.

A organização, a cabo da ASA – Associação de Surf de Aveiro, em parceria com o principal patrocinador escolheram, desde a primeira hora, o Lar do Divino Salvador, uma IPSS de Ílhavo que acolhe e apoia mães para quem a vida se mostrou madrasta, muitas delas tão jovens como as atletas em competição.

Este ano, as atletas de surf e de bodyboard surfaram 510 ondas em cinco dias de prova (entre 31 de julho e 4 de agosto), o que representa um pecúlio de 510 euros para a instituição.

Este é o valor mais alto doado desde que a iniciativa ganhou forma, tendo rendido 444 euros em 2016, 361 em 2017 e 392 em 2018.

"A responsabilidade social é muito importante para o Activo Bank e esta iniciativa insere-se nesse espírito. Espero que esta verba seja bem aplicada como as anteriores, pois pode parecer pouco para quem dá, mas é muito para quem recebe", referiu Elsa Borda D'Água, responsável pela entidade patrocinadora da Miss Activo Cup.

FOTO: ANDRÉ NETO



1ª EDIÇÃO DO BPI «LA CAIXA» ABRANGE INICIATIVAS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL ÀS COMPETÊNCIAS PARENTAIS «Prémio Infância» distribui 750 mil euros por projetos de 24 instituições

No âmbito da 1ª edição do «Prémio Infância», o BPI e a Fundação «la Caixa» entregaram 750 mil euros para apoiar 24 projetos, com um valor médio de 31.250 euros por projeto, destinados a facilitar o desenvolvimento social e educativo e a saúde de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, incluindo ainda o reforço de competências parentais.

No total foram recebidas 196 candidaturas, um número que reflete a relevância deste problema. Os projetos distinguidos promovem diferentes respostas sociais, onde se incluem: educação inclusiva e promoção do sucesso escolar; projetos de animação sociocultural; iniciativas de hipoterapia e música; capacitação parental; saúde infantil; desporto inclusivo; voluntariado jovem; e integração de refugiados, entre outros.

O BPI e a Fundação «la Caixa» estabeleceram um acordo de colaboração para o desenvolvimento de projetos de carácter social e cultural em Portugal após a entrada do BPI no grupo CaixaBank.

Os Prémios BPI «la Caixa» destinam-se a apoiar financeiramente projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No total são cinco os Prémios no valor de 3,75 milhões de euros, para apoiar projetos de instituições privadas sem fins lucrativos.

Em 2018, o BPI e a Fundação «la Caixa» contribuíram com um total de mais de 15 milhões de euros para apoiar as áreas da Ciência, Educação, Cultura e Solidariedade Social, tendo esta última representado perto de metade do total das verbas distribuídas em Portugal.

O júri analisou e selecionou os projetos que



considerou mais sustentáveis, mais inovadores e com maior impacto social, tendo distinguido os das seguintes 24 instituições: A Turma dos Judokinhas – Associação Desportiva; ADM Estrela – Associação Social e Desenvolvimento; ADOLESCERE; ART - Associação de Respostas Terapêuticas; Associação Aprender em Parceria - A PAR; Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa; Associação Grão Vasco; Associação Santa Teresa de Jesus Dignidade e Desenvolvimento; Centro Juvenil de S. José; Centro Social da Musgueira; Clube de

Tempos Livres de Santa Clara; Conselho Português para os Refugiados (CPR); Fundação AFID; Liga dos Pequeninos; Movimento Transformers; O Companheiro - Associação de Fraternidade Cristã; O Fio de Ariana – Educação e Terapia; Ponto de Apoio à Vida; Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social; Psientífica – Associação para a promoção e desenvolvimento social; Reencontro, associação social, educativa e cultural; Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito da Maia; Teach For Portugal; TreeTree2.



ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

«Alimentação na(s) deficiência(s)» reuniu cerca de 200 especialistas em congresso

Perto de duas centenas de técnicos e especialistas participaram, no Porto, no congresso «Alimentação na(s) deficiência(s)», iniciativa em que, nos dias 18 e 19 de julho, se analisou e definiu estratégias para políticas de alimentação de um universo que, em Portugal, pode abranger mais de um milhão e 700 mil pessoas com uma incapacidade, física, intelectual, psiquiátrica, sensorial ou neurológica (dados do Censos 2011).

Num projeto inovador e absolutamente pioneiro a nível nacional (liderado pela APPC - Associação do Porto de Paralisia Cerebral, em estreita colaboração com a Direção-Geral de Saúde), o congresso, que decorreu no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, tinha por objetivo a definição de estratégias, normas, condutas e «manuais» que, posteriormente, possam ser implementados de forma abrangente.

"Este é um momento histórico, pois concretiza-se um trabalho de investigação naquela que era uma área sem qualquer cobertura ou estratégia definida", destacou Pedro Graça, representante da Direção-Geral de Saúde (e diretor da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto), logo na abertura do encontro.

"Agora, há que fazer chegar estas políticas e estratégias a toda a população que delas possa vir a beneficiar, quer sejam pessoas com deficiência ou não", desafiou Pedro Graca.

Maria Antónia Campos, responsável pelo Gabinete de Nutrição da APPC, reforçou a questão da necessidade de se fazer a ligação entre teoria e prática e de "se partilharem as boas experiências que resultam do confronto diário e constante com imensas dificuldades".

A iniciativa, de cariz multidisciplinar, tinha como principal objetivo "melhorar o conhecimento e as capacidades técnicas de profissionais de saúde (nutricionistas, terapeutas, psicólogos, enfermeiros, médicos) e de outros técnicos que contactem, direta ou indiretamente, com a população com deficiência, como cuidadores formais e informais, e mesmo as competências individuais e a independência da própria pessoa com deficiência", referiu Maria Antónia Campos.

Esta é uma ideia partilhada por Abílio Cunha, presidente da Direção da APPC, que mostrou vontade de ver as estratégias deste projeto "replicadas a nível nacional e internacional... a curto ou médio prazo, se possível!".

Quanto "ao que se quer este congresso", Abílio Cunha esclareceu que "desta discussão e de todas estas experiências pretende-se que uma pessoa como eu, que tem paralisia cerebral, venha a conseguir mais qualidade de vida".



As conclusões foram comunicadas por Maria Antónia Campos, que destacou o facto de o congresso ser "pioneiro, pela temática abordada".

A nutricionista da APPC frisou ainda a importância das abordagens teóricas e práticas a uma área que "por vezes é tão

Considerando o balanço final de "extremamente positivo", a técnica da APPC justificou tal opinião com o "elevado número de participantes, a qualidade das intervenções e a partilha de experiências entre técnicos, cuidadores formais e cuidadores informais".

O congresso contou com a presença de representantes de Angola e Cabo Verde, assim permitindo a partilha de experiências e das dificuldades sentidas pelas pessoas com deficiência e pelos cuidadores oriundos de realidades distintas da portuguesa.

Este é um projeto apoiado pela Direção-Geral de Saúde e que, no âmbito do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, coube à Associação do Porto de Paralisia Cerebral definir e implementar diretrizes no que concerne às estratégias alimentares para pessoas com deficiências (que não exclusivamente casos de pessoas com paralisia cerebral).

Durante todas as interrupções (e refeições), os produtos servidos aos congressistas eram adequados e preparados com as



consistências e composições definidas para pessoas com deficiências. E o encerramento coube ao chefe Hélio Loureiro, que realizou um «show cooking» sobre Receitas de Textura Adaptada.



RENOVAÇÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO

70 Espaços Cidadão para maiores de 25 anos

O serviço de renovação do Cartão de Cidadão está disponível a partir deste mês em 70 Espaços Cidadão, espalhados por 21 municípios de norte a sul do país, destinado a pessoas com idade igual ou superior a 25 anos.

De acordo com uma nota divulgada pelo gabinete da ministra a Presidência e da Reforma Administrativa, o serviço começou em 20 de maio, na Área Metropolitana de Lisboa, estendendo-se depois ao Algarve e à Área Metropolitana do Porto e, agora, ao resto do país.

Segundo a secretária de Estado da Justiça, Anabela Pedroso, trata-se de "uma medida que vem aproximar os serviços da justiça, evitando que estes tenham de se deslocar aos grandes centros urbanos para tratar da documentação".

De acordo com a mesma nota, a medida irá ajudar também os cidadãos portugueses que residem fora de Portugal e estão no país nesta altura, sendo este um dos 12 serviços que integram o Kit Emigrante disponibilizado no portal www. eportugal.gov.pt, nos 594 Espaços Cidadão, nos 157 Gabinetes de Apoio ao Emigrante, nas Juntas de Freguesia e municípios.

O "Kit Emigrante", pretende responder aos

serviços solicitados com maior frequência por emigrantes portugueses durante as suas visitas a Portugal. "A ideia é disponibilizar um 'kit', ou seja, um documento com um elenco daqueles que são os serviços que mais frequentemente os cidadãos portugueses que residem fora de Portugal solicitam quando visitam Portugal nos meses de verão", explicou o secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa, Luís Goes Pinheiro.

O governante detalhou que os "serviços mais procurados não são muitos" e que o 'kit' associa ainda "um conjunto de informações úteis", como os números de telefone da Saúde24 e a linha de Segurança Social.

A adesão à Chave Móvel Digital, a renovação do Cartão de Cidadão e alteração dos seus dados, o pedido do certificado de registo criminal, o pedido ou simulação de pensões através da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações são alguns dos 12 serviços do 'kit'.

Luís Goes Pinheiro explicou que este 'kit' será "desde logo disponibilizado 'on-line' no portal ePortugal.gov.pt".

"Mas como sabemos que para chegar junto destas comunidades é preciso mais que isso,

iremos divulgar junto de todas as freguesias, todos os municípios", assim como junto dos 157 gabinetes de apoio ao emigrante e dos 594 espaços do cidadão, adiantou.

Com este alcance, o secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa espera abranger as localidades de menor densidade populacional, que "também são muitas vezes aquelas que mais recebem as visitas dos emigrantes".

A iniciativa foi desenvolvida numa parceria entre a Secretaria de Estado para a Modernização Administrativa e a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

"Trata-se de um objetivo que visa garantir de uma forma ágil, de uma forma muito simples, o acesso à informação essencial para a vida dos cidadãos portugueses que se encontram no estrangeiro durante partes significativas do ano", afirmou o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro.

O governante considerou que há "um conjunto de acessos aos diferentes serviços da administração pública que estão disponíveis e que muitas das vezes, por desconhecimento, não são devidamente utilizados".









administrativos, sociais e de gestão das organizações.



FALE CONNOSCO!!!



DEPOIS DO IDAI HEALTH4MOZ RECONSTRÓI HOSPITAL DA BEIRA EM MOÇAMBIQUE

Uma gota de solidariedade no mar de miséria em Moçambique

O ciclone IDAI devastou Moçambique a 14 de março deste ano. O pior desastre do hemisfério sul escolheu a cidade da Beira como principal vítima: mais de 600 mortos; mais de 1600 feridos; mais de dois milhões de pessoas afetadas. Meio ano depois... As feridas graves provocadas pelo ciclone IDAI na cidade da Beira, em Moçambique, ainda não estão curadas. A destruição e os escombros estão misturados com as imagens da pobreza habitual e as desgraças fundem-se. Parece que sempre foi assim.



O coração da cidade está doente. O Hospital Central da Beira, que serve a população de quatro províncias, num total de 9 milhões de pessoas, ficou muito maltratado. Daviz Mbepo Simango, Presidente do Conselho Municipal da Beira é, ainda, o rosto do desalento: "Fora do IDAI, olho para o HCB e vejo que há um certo abandono, negligência, desrespeito pela vida humana. São aspetos que têm que ser

corrigidos. Não são admissíveis numa sociedade civilizada".

Logo após o IDAI a limpeza do Hospital foi a prioridade, a par da medicina de catástrofe. A cooperação italiana transferiu para tendas no exterior os blocos hospitalares inoperacionais e continuaram a ser feitas cirurgias de emergência. O retrato traçado por Filomena Fernandes, Diretora do Bloco de Sangue, é comum a todas

as oito unidades do HCB: "Tivemos o teto aberto e transferimos as coisas porque os serviços não podiam parar. Improvisamos serviços. Graças a Deus temos este apoio que é bem-vindo. Daqui para a frente o sofrimento vai ficar minimizado." O apoio a que se refere é a ajuda estrutural da Health4Moz, uma ONG portuguesa que meteu mãos à obra para reerguer o hospital, como refere Nelson Duarte Mucopo,



Diretor Geral do HCB: "Estamos em dificuldade de funcionar, por isso é que tivemos que pedir apoio. A Health4Moz está a trabalhar connosco para reconstruir todo o hospital."

SEGUNDA MISSÃO DA HEALTH4MOZ

Carla Rêgo é médica e professora na Faculdade de Medicina no Porto. Nasceu na Beira e aí viveu até aos 16 anos. É a presidente da Health4Moz, uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, que há seis anos juntou uma equipa de profissionais médicos e enfermeiros e dedicou-se à solidariedade científica com incidência nos PALOP, sobretudo em Moçambique. Em 22



missões esta foi a segunda por causa do IDAI, no âmbito do Movimento Unidos pela Beira. Médicos e enfermeiros da área da saúde materno-infantil estiveram cerca de duas semanas na cidade da Beira. O objetivo é recuperação e reconstrução. Física, clínica e organizacional. "O Movimento Unidos pela Beira criou o objetivo de colaborar com a reabilitação, reconstrução e reorganização de serviços, apoio médico e medicamentoso. A 16 de Maio, dos oito blocos que constituem a unidade, arrancou a reconstrução do Bloco Cirúrgico, Imagiologia e Serviço de Sangue, num plano definido com a administração do HCB."

O Hospital Central da Beira parece um

estaleiro. Carla Rêgo faz questão de ver tudo o que está a ser feito pela TCO Constrol, uma empresa de Braga com grande atividade em Moçambique.

O Bloco Operatório foi a primeira prioridade da equipa da Health4Moz. As obras começaram em meados de maio e devem ficar prontas nos próximos meses. A abordagem é simples: Esquecer o passado e começar de novo.

Dos 8 blocos do Hospital Central da Beira metade está praticamente recuperada pela Health4Moz. Todo o esforço financeiro tem origem na solidariedade de instituições e mecenas. A empresa de construção civil, por exemplo, faz as obras quase a preço de custo. Ao todo é

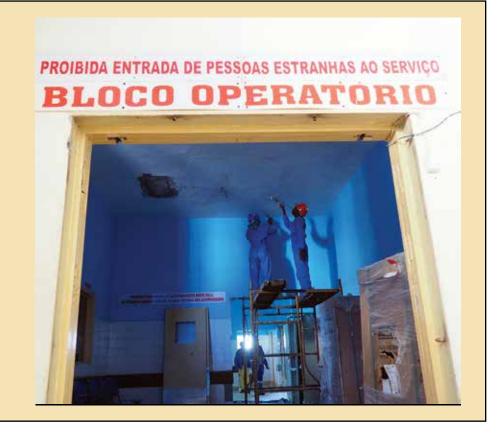
O QUE É A HEALTH4MOZ?

A Health 4 Mozambican Children and Families (Health4MOZ) é uma associação sem fins lucrativos de direito português, com estatuto de Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), criada em maio de 2013. Teve na sua origem a solidariedade e vontade de um grupo de médicos e professores universitários portugueses em resposta ao repto de médicos moçambicanos.

Tem como único objetivo ensinar, transmitir conhecimento de excelência a alunos e profissionais de Moçambique, pois acredita que a transmissão do conhecimento e a capacitação são as grandes maisvalias que fazem melhorar as sociedades e mover o mundo! O trabalho da Health4MOZ é totalmente voluntário, pro bono, num espírito de verdadeira solidariedade científica.

A sua atividade é creditada por protocolos firmados em Portugal com a academia (faculdades), com os maiores hospitais do país e com a Ordem dos Médicos. Tem ainda o apoio, em função das áreas de formação, das Sociedades Científicas Portuguesas e o reconhecimento e apoio da Direcção-Geral da Saúde, da Secretaria de Estado da Cooperação, da Embaixada de Portugal em Maputo e da Presidência da República.

Em 6 anos de atividade a Health4MOZ realizou 22 Missões em Moçambique que envolveram a participação de 95 profissionais de Portugal.





preciso um milhão e meio de euros para curar as feridas do Hospital. "As obras de reconstrução do hospital são todas da Health4Moz e dos apoios que conseguir encontrar. Não tem apoio de entidades ou governo moçambicano. Quando arrancou o «Unidos pela Beira» o primeiro parceiro foi a Câmara do Porto que deu 100 mil euros. Permite reconstruir a quase totalidade do bloco operatório. Foi o objetivo da doação. Esse valor pode servir de bitola. Há edificios que custam menos. Se conseguíssemos o conceito de um edificio, um parceiro, criaríamos aqui uma obra emblemática da cooperação portuguesa."

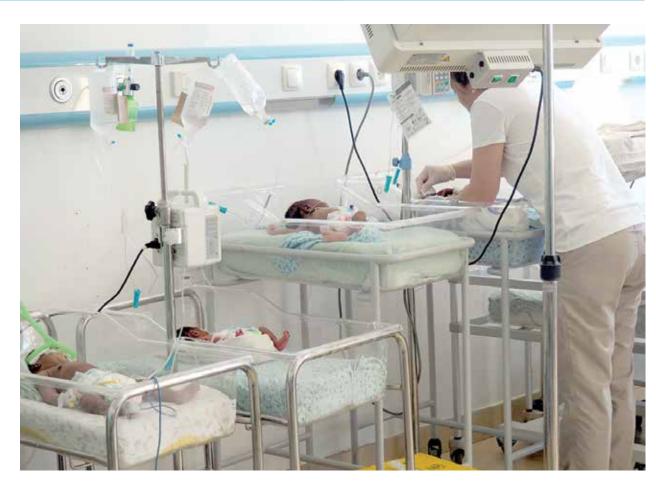
As obras de reconstrução do Hospital Central da Beira são só uma parte do que é preciso. A outra é a reorganização dos serviços e o apoio médico e medicamentoso. Todos serviços têm falta de recursos e os que existem precisam de organização. Mesmo o de pediatria, de construção recente, feito pelos chineses. Amir Seni, Diretor do Departamento de Pediatria, explica que "no edificio principal de Pediatria há 168 camas e o berçário tem capacidade para 50 crianças. Temos 90 por cento de lotação, mas às vezes chegamos aos 130 por cento. Chega a haver dois ocupantes por cama. É possível num quarto com 8 camas, num pico, podermos ter até 16 crianças mais os adultos acompanhantes. A equipa de portugueses tem estado a reforçar o básico. Chegaram, avaliaram e concluíram que é necessário comecar de raiz e ir subindo. O que sustenta o hospital é o trabalho de enfermagem de qualidade. Vigilância, higiene e assepsia são fundamentais para o sucesso do tratamento. Eles têm sido instrumentais: reforçam as boas práticas e estão a formar os nossos enfermeiros. O tempo é curto, mas é o primeiro passo."

É a segunda missão da Health4Moz no âmbito do ciclone IDAI. Durante duas semanas é muito trabalho para os sete voluntários, onde se incluem médicos e enfermeiras portuguesas, da área materno infantil. No dia a dia, sob a aparência da tranquilidade, todo o serviço de Pediatria parece viver em permanente emergência, como constata Lurdes Teixeira, enfermeira dos cuidados intensivos de Pediatria do Hospital de S. João, no Porto: "É todos os dias... Estão mal e demoram a chegar cá, não há transportes, não há ambulâncias, não há água quente..."

Em permanente sobressalto e correrias, a enfermeira, Lurdes Teixeira, é chamada várias vezes à urgência. São muitos os casos de crianças entre a vida e a morte... "Estou aqui há uma semana e percebi que nada é o que nós pensamos. Usam a medicina alternativa para completar o tratamento. Entram em comas profundos, mas não dizem. Vão ao curandeiro e depois não sabem qual a mistura que foi administrada. As coisas correm muitas vezes mal..."

A taxa de mortalidade na Pediatria do Hospital Central da Beira é elevada. É particularmente evidente na sala de neonatologia, onde a enfermeira Florbela Neto, tenta encontrar alguma ordem. "Neste tempo que estive aqui de manhã faleceram três, à tarde faleceram mais três e de noite não sei quantos foram. Uma taxa de mortalidade muito grande. Há pouco para oferecer aos bebés. São muitos prematuros e não há quase nada a oferecer. Trabalha-se aqui sem recursos..."

O espaço para os bebés prematuros é pequeno. Não há condições. Os bebés partilham tudo



desde o oxigénio, às máquinas, até ao próprio berço. "É duro chegar aqui e ver que as incubadoras já estão ocupadas por outros bebés porque os anteriores já faleceram. Estão sempre a chegar novos bebés e não temos local onde os acomodar. Em excesso, partilham berço, com patologias distintas e ficam infetados". Uma angústia partilhada com Daniel Virella, médico especialista em Neonatologia do Hospital D. Estefânia, em Lisboa: "Nesta unidade, nesta sala, o mais importante é controlar a infeção hospitalar, higiene e assepsia. É o principal problema. Não há falta de vontade, mas apenas falta de condições. Temos situações de asfixia muito graves em que temos para dar apenas conforto. Não podemos aspirar a tratar o que não é tratável..."

No serviço de Pediatria com cerca de 170 camas há quatro especialistas em saúde materno-infantil. O resto são clínicos gerais. Cada enfermeiro tem a seu cargo 60 leitos. O caos e a desorganização são uma rotina que muitas vezes esconde o que tanta falta faz.

No Hospital Central da Beira a linha entre a vida e a morte está presa por arames. O trabalho da equipa da Health4Moz divide-se entre o acudir e o cuidar. É preciso fazer mudanças que permaneçam e as prioridades na Pediatria estão bem definidas, como refere Daniel Virella: "A primeira higiene, a segunda higiene, a terceira assepsia, a quarta nutrição, a quinta critérios de tratamento e cuidados paliativos..."

Começar de novo já que não é possível nascer outra vez. A ideia da Helth4Moz é que a aposta mais forte tem que ser na formação. Identificar a realidade, perceber as carências e preparar o futuro. Nesta missão no Hospital Central da cidade da Beira as ações de formação foram uma constante. A maior parte da assistência médica aos nascimentos em Moçambique é feita em centros de saúde pelos enfermeiros. A formação e atualização de conhecimentos tem que ter isso em conta. Conceição Freitas, enfermeira

especialista em saúde materna e obstetrícia, no Hospital de S. João, no Porto, explica que "os enfermeiros são muito importantes num país com falta de médicos. São eles que fazem vigilância da gravidez e parto. Têm um papel muito importante e autónomo. Temos que os dotar de conhecimento e instrumentos para resolverem as diversas situações com que lidam diariamente."

Reconstruir o Hospital e deixar sementes de mudança que podem ajudar a construir o futuro. A atenção dada à saúde materno infantil do Hospital da Beira não foi obra do acaso, como explica Carla Rêgo, Presidente da Health4Moz: "Esta equipa em particular faz parte de um protocolo com a DGS de Portugal e teve formação durante três anos na área da saúde materno-infantil. É uma área fundamental. 50 por cento da população moçambicana tem menos de 15 anos. A assistência à mulher grávida, gravidez e recém nascidos é muito importante."

Na Beira, em Moçambique a ajuda portuguesa é sentida como uma dádiva. Nelson Duarte Mucopo, diretor geral do Hospital Central da Beira destaca "o apoio multifuncional. Para além da reconstrução do hospital, que envolve todos os blocos existe a componente da formação, cursos de capacitação dos funcionários. Vai ajudar muito. E já notamos a diferença." O mesmo diz o Presidente do Conselho municipal: "Temos muito a agradecer. Não temos recursos, mas temos a cabeça e as mãos para acarinhar esse projeto, esta iniciativa e estamos presentes para que apareçam mais missões, como estas."

Dentro de dois meses o coração do Hospital Central da Beira vai estar a bater com um ritmo próximo do normal. Os blocos principais voltam à capacidade máxima. A fundamental ajuda portuguesa é, ainda assim, uma pequena gota de solidariedade no mar de pobreza e miséria



JOSÉ A. DA SILVA PENEDA

Economista

Sobre a idade de reforma

Em Portugal, em 1960, a esperança de vida era de 63 anos; em 1980, de 71 anos; em 2000, de 76 anos; e, em 2018, atingiu-se os 81 anos. Significa que nos anos sessenta do século passado, em média, morria-se antes de se atingir a idade da reforma, nos anos oitenta, em média, um aposentado vivia pouco mais de seis anos nessa situação e, em 2018, esse período é de mais de 14 anos.

Felizmente que a tendência aponta para que a esperança de vida continue a ser cada vez mais elevada, o que vai acarretar consequências, uma delas bem clara pela qual será cada vez menor a população ativa e cada vez mais numerosa a população aposentada. Isto significa que serão cada vez menos os que contribuem financeiramente para a Segurança Social e, cada vez mais, os que beneficiam financeiramente do sistema. Daí falar-se na necessidade de ser assegurada, a prazo, a sustentabilidade financeira da Segurança Social.

Se fizermos uma projeção sobre a esperança

de vida para 2050, na base de uma taxa de crescimento anual de 2,5%, que significa prever uma evolução minimalista porque as taxas de crescimento entre as últimas décadas têm sido todas superiores a 3%, chegaremos a uma idade média de esperança de vida de 86 anos.

Hoje, o tempo médio de vida de um aposentado situa-se à volta dos 14 anos (esperança média de vida de 81 anos menos a idade de reforma que é um pouco mais de 66 anos). Se a opção política for a de assegurar para o futuro um tempo médio de vida do aposentado de 16 anos, chegaremos, em 2050 e com base no pressuposto de um crescimento médio entre décadas de 2,5%, a 86 anos de esperança média de vida e a uma idade de reforma aos 70 anos.

Esta extensão da idade de reforma, que teria de ser progressiva, não é a única solução com vista a garantir o contrato existente entre gerações, que é a base do nosso sistema de segurança social. Haverá por certo outras possibilidades,



nomeadamente a alteração do modelo do financiamento, diversificando as suas fontes.

O importante a reter é que qualquer decisão sobre as medidas que serão necessárias tomar para garantir a sustentabilidade da segurança social podem não colher fácil simpatia, se vistas numa perspetiva de curto prazo ou segundo uma visão egoísta da atual geração.

Por isso, um desejável compromisso entre partidos políticos sobre a reforma da Segurança Social tem de ser baseado na ideia fundamental de que o que está em causa é o bem-estar das gerações futuras.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA

ajsilva@sapo.pt

A ONU e os seus desafios

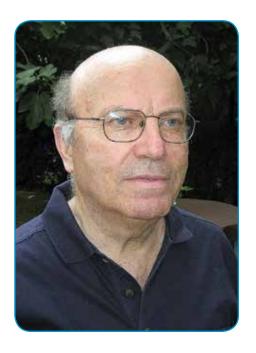
Um dos grandes motivos de justificado orgulho invocados pelo nosso país, a nível internacional, é o facto de o cargo de Secretário Geral da ONU ser ocupado por um português, António Guterres. Basta recordar o entusiasmo com que foi recebida e festejada entre nós a notícia da escolha feita nesse sentido pela Assembleia Geral daquele Organização, já lá vão dois anos.

No entanto, foram muitos os avisos de que o prestígio político, pessoal e nacional, inerente a essa escolha tinha como reverso a convicção generalizada de que seria praticamente impossível obter um grande êxito no exercício daquela função, talvez a mais prestigiante e prestigiada no mundo da política internacional. Os desafios que sempre se colocaram à ONU, desde a sua fundação, são demasiados, para que alguém os possa superar a todos. Isto, por maior que seja o prestígio moral e político de Secretário Geral.

Desde a sua criação em 1945, pode dizer-se que a ONU não conseguiu concretizar em plenitude o principal objectivo para que foi criada, e que é a manutenção da Paz no mundo, bem longe disso. Mesmo assim, deve reconhecer-se que, sem a sua influência e os seus esforços, os conflitos ter-se-iam multiplicado e as suas

consequências seriam ainda mais nefastas. Este reconhecimento não invalida, no entanto, a acusação de que a Organização da Nações Unidas falhou dramaticamente na prevenção e controlo de algumas tragédias que marcaram indelevelmente a história das relações internacionais do século vinte e mesmo deste século, de modo especial no continente africano, mas não só.

Mas a ONU não falhou apenas nesse objectivo primeiro que é o da prevenção e manutenção da Paz no mundo. Falhou também noutros objectivos fundamentais como são, por exemplo, a defesa dos direitos humanos, a defesa do Ambiente e o desenvolvimento sustentado e justo da economia mundial, e falhou mesmo nas campanhas de ajuda internacional às populações vítimas de grandes tragédias humanitárias. Ainda há pouco tempo, o seu secretário geral reconheceu esse falhanço numa entrevista à RTP, quando visitou Moçambique para se inteirar "in loco" das consequências do ciclone Idai que atingiu aquele país. Não obstante a importância objectiva desse contributo, António Guterres, confessou que esperava muito mais da comunidade internacional.



A multiplicação das tragédias naturais que vão atingindo, mais ou menos ciclicamente, algumas regiões do mundo é suficiente para demonstrar como é, ao mesmo tempo, tão urgente e tão dificil a missão da ONU neste tempo em que vivemos. Falhar nos seus projectos humanitários pode ser profundamente frustrante para os seus responsáveis, como se depreende das afirmações de António Guterres. Mas tão ou mais grave ainda será no falhar no cumprimento do seu grande objectivo que é o de promover e garantir a Paz no Mundo, o maior dos desafios que tem de enfrentar.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Golas Altas

1 - Neste ano da graça de 2019 comemoramse os cinquenta anos de vários feitos e vários factos – ocorridos, pois, em 1969 -, de grande importância para o desenho, a complexidade e as esperanças dos tempos que vivemos.

No Outono de 1969, fui eu para Coimbra, estudar Direito – no rescaldo da chamada Crise Estudantil, que só pode ser chamada crise por ter sido o prenúncio de uma profunda mudança criadora, traduzida, poucos anos mais tarde, no derrube do fascismo e na implantação e consolidação da democracia.

Já com alguma experiência no movimento associativo juvenil dos liceus do Porto, o que recordo com saudade desses anos mágicos é do que com verdade se pode chamar o "ar do tempo".

Apesar do fascismo e da PIDE, dos informadores, das prisões e dos processos disciplinares, a cidade universitária era uma espécie de microcosmos, um mundo à parte, onde a regra era a democracia e o ar que se respirava era o da liberdade – e a esperança certa de virmos a ter em breve um País limpo e civilizado.

Era o velho mundo que estava a dar as últimas; prenunciando-se um tempo novo, jovem e livre.

Por esses dias, também na América de Richard Nixon centenas de milhar de jovens se juntavam em Woodstock, no primeiro festival de música do modelo que ainda hoje preenche os meses de Verão da juventude cá da terra, a cantar com Joan Baez "Whe shall overcame" - importando para os movimentos de contestação política à Guerra do Vietname que marcaram essa década prodigiosa dos anos sessenta a causa dos direitos civis da população negra dos Estados Unidos e, a partir dela, a da igualdade essencial de todos os seres humanos.

Toda esta movimentação política das camadas mais jovens e politicamente mais empenhadas do mundo ocidental foi fortemente tributária do fenómeno que constituiu o Maio de 1968, em França, designadamente nas universidades de Paris.

"Ni dieu, ni maître" – era a palavra de ordem que bem podia resumir, com a simplificação que qualquer resumo implica, a rejeição, quer do princípio da autoridade, quer da ciência livresca que então constituía – como creio que ainda constitui – o modelo de ensino nas universidades.

(Ainda recordo as aulas de um "lente", que repetia de cor, ponto por ponto e palavra por palavra, o que escrevera décadas antes e deixara para a posteridade na "sebenta" – de cujo texto não se desviava um milímetro nas aulas, sem precisar de "ponto".)

2 – O francês Maio de 1968 deixou, no entanto, outras heranças icónicas, noutros domínios. Por exemplo, no vestuário.

A mini-saia, nas raparigas, e as camisolas de gola alta, quer para raparigas, quer para rapazes, ficam também como imagem de marca desses tempos – e associados à transgressão comum nas várias linguagens de expressão do corpo e do espírito.

(Quando fui para Coimbra, em Outubro de 1969, ainda era obrigatório os alunos irem para as aulas de camisa e gravata.

Dois colegas meus, numa aula do primeiro ano, foram postos fora da sala, com a ordem de irem vestir-se devidamente, por se terem apresentado desengravatados.)

Ainda tenho no repositório de fotografias desse tempo alguns retratos meus, com o pescoço tapado por uma gola de malha, que fazia parte de uma camisola – gola que se podia desenrolar, para, por exemplo, tapar a cara nas manifestações vigiadas pelas "autoridades".

As golas da Autoridade Nacional de Protecção Civil não são bem como essas que usávamos nos anos 60 e 70.

Não trazem camisola junta.

São só gola.

É certo que também servem para tapar a cara nas manifestações.

E, pelo ar que corre, em que qualquer contestação é vista como perturbação da "paz que felizmente nos rege", sob a sábia batuta de quem governa, não é característica a menosprezar.

(Os motoristas que o digam.)

Mas parece que não servem para mais nada de útil – e não foi para tal efeito certamente que o Governo promoveu a sua compra.

Não obstante, foram mais de 300.000,00 euros pagos à empresa adjudicatária – e previamente convidada pela ANPC a apresentar preço.

O Governo veio tentar tapar o sol com uma peneira, a pretexto de tais golas não serem inflamáveis – como a Oposição e os jornais começaram por dizer, em jeito de crítica – mas apenas "perfurantes".

Como se isso atenuasse o escândalo.

É que, na verdade, a questão não é essa.

As golas tanto são inúteis se arderem, como inúteis são, se perfurarem.

Mas, então, se é assim, quem se lembrou de as comprar – deitando, não propriamente para o lixo, mas para um seu equivalente (as mãos de um "empresário" amigo) mais de 300.000,00 euros?

E tal empresário, que constituíra a empresa apenas 6 meses antes da compra das golas e que nenhuma experiência tinha em negócios do fogo, foi convidado porquê?

Por estar ligado ao partido do poder, como está comprovado?

Até parece que a necessidade do negócio apenas surgiu como pretexto para dar uns "dinheiritos" a ganhar ao confrade ...

Ou que a "empresa" foi criada para aproveitar



as oportunidades dos negócios da política ..

(A propósito, ainda não sabemos quantos empregos, para pessoas que não forem da família, criou esta empresa ...)

Mas o critério das ligações partidárias não consta do Código dos Contratos Públicos ...

3 – Uma das coisas que ficámos a dever à Troika e ao Governo de Passos Coelho foi o de um reforçado escrutínio pelo povo da despesa pública inútil e em mero favorecimento de interesses particulares e também da denúncia da corrupção.

Com efeito, metidos no coração de uma tempestade financeira, causada em grande medida por gente sem escrúpulos, que se apossou do Estado e dos seus recursos, com a cumplicidade de muitos políticos, os portugueses, ao passar pelas privações dos anos do ajustamento, passaram a ser muito mais exigentes com a forma como os Governos administram o dinheiro que nos extorquem nos impostos.

Os últimos tempos do Governo de Passos Coelho foram de sucessivos desvendamentos dos desmandos ocorridos anteriormente, em primeira linha durante os Governos de José Sócrates – de que a Operação Marquês constitui o mais elucidativo exemplo.

Nessa medida, o ar ficou mais limpo.

No entanto, e após quase 4 anos de tranquilidade governativa, com assinalável paz social e apoio quase generalizado – do Presidente da República à liderança da Oposição -, os meses mais recentes parecem ressuscitar os velhos demónios dos favores, da ganância e da arrogância, que pensávamos ter arremessado às profundas.

Este episódio das golas "que não ardem mas perfuram" – recordando o estilo de José Sócrates, de fazer o mal e a caramunha, e de tentar fazer-nos passar por parvos -, a que se soma a mais recente adjudicação de esferográficas e bonés, como se faz nas campanhas partidárias, urgente para dispensar o concurso público, de par com a comprovada influência de um titular de cargo político nestes "negócios", começa a parecer-se demais com esses tempos sinistros que o Primeiro-Ministro tenta, e bem, fazer esquecer.

Mas para poder esquecer é mister, primeiro, não esquecer.

Para prevenir que se repitam ...



JOSÉ TIAGO SOUSA, FUNDADOR DA SOLIDARITY SOUL

Se pensarmos só em ajudar o vizinho, ninguém ajuda os sírios fugidos da guerra

José Tiago Sousa é natural de Mindelo, Vila do Conde, tem 24 anos, cursou Economia e está em fase de terminar o mestrado em Finanças.

Fundador da Solidarity Soul, o aluno da Faculdade de Economia do Porto foi o grande vencedor do Prémio Cidadania Ativa, na vertente humanitária, da Universidade do Porto, prémio que recebeu das mãos do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

O jovem, treinador «encartado» da arte marcial Kung Do Te, diz-se tocado pelo «bichinho» da solidariedade e do voluntariado "pelo gosto pela Filosofia", em especial devido ao livro «Ética para um jovem», de Fernando Savater, e pela experiência em Norcia, no auxílio às vítimas do terramoto, em 2017.

Na entrega do Prémio, o Chefe de Estado gracejou com José Tiago Sousa, dizendo-lhe: "Com que então, Finanças e Cidadania!".

De facto, e olhando à temática da tese de mestrado – responsabilidade social do sector bancário –, aparentemente são dois universos distintos ou, talvez, não!

SOLIDARIEDADE - Profissionalmente quais são as suas ambições e perspetivas nessa área?

JOSÉ TIAGO SOUSA – Bem, em termos de saídas, pode ser na banca, em auditoria e outros, já em termos de ambição profissional ainda está muito indefinido. E agora ainda está mais, porque estive doente e passei uma fase complicada em termos de saúde mental, devido à grande sobrecarga que acumulei. É importante falar disto, porque é preciso sensibilizar as pessoas, mas ainda tenho essa questão indefinida. Estou ainda a elaborar a minha tese sobre a responsabilidade social do sector bancário, que é algo que conjuga a área social, aproveitando a experiência que tenho, com a área financeira.

Poderá ser nesse âmbito, mais alargado, que poderá construir o seu futuro profissional?

Gostaria muito de trabalhar na área da responsabilidade social, quer fosse no sector bancário, quer fosse noutra empresa, agora isto levanta dificuldades, porque não está muito desenvolvida. Talvez seja uma área de futuro e que só ainda não esteja muito concretizado atualmente.

E quando sentiu a picada do «bichinho» da solidariedade e do voluntariado?

Penso que tem também que ver com o gosto pela filosofia e a questão da ética. Falo muito do livro «Ética para um jovem», porque nos coloca questões como a de nos pormos no lugar dos outros. Mas julgo que o grande momento foi ter estado em Norcia, em Itália, na primeira missão do European Solidarity Corps a apoiar vítimas de terramoto num contexto muito dificil. Esse foi o momento e foi aí que nasceu a ideia de criar a Solidarity Soul.

Então, foi essa experiência que espoletou...

Sim, e por várias coisas, porque parece-me que a solidariedade é um bocado limitada a certos estereótipos. Por exemplo, há sempre quem pergunta porquê ajudar um país estrangeiro quando há tanto para fazer aqui, mas a verdade é que, em Norcia, houve um terramoto, sentia-se a tristeza nas pessoas que estavam nas instalações provisórias, as vidas que se perderam e os lamentos dos familiares. A verdade é que se só pensarmos em ajudar o vizinho, ninguém ajuda África. Se pensarmos só em ajudar o vizinho, ninguém ajuda os sírios que fogem da guerra. Mas há mais situações, esta é só uma imagem que substitui um conceito muito grande.

Porquê dar esse passo e criar a Solidarity Soul?

Houve várias ideias que me levaram a avançar, desde logo, o poder fazer iniciativas próprias. Por exemplo, como as intervenções na Reserva Ornitológica de Mindelo (ROM), pois sentia que era muito necessária. Nós organizámos duas limpezas, que foram duas grandes limpezas. Posso dizer que somos uma pequena organização que já fez coisas grandes. Uma dessas intervenções, em que estiveram mais de 40 voluntários, limpámos duas toneladas de lixo debaixo de chuva. Agora, de facto, é muito mais dificil ter uma organização do que simplesmente participar, ser voluntário.

Quem constitui a Solidarity Soul?

Somos um conjunto de pessoas, mas tende a ser eu a fazer mais coisas. No entanto, somos um grupo de voluntários, atualmente somos 15, mas já fomos mais, essencialmente oriundos da Universidade do Porto. O Miguel Pinto, que é o nosso vice-presidente, tem também dado um contributo bastante importante.

É fácil recrutar voluntários na Universidade do Porto?

É dificil, há inúmeras dificuldades, desde os recursos humanos, aos apoios financeiros, que são muito poucos, mas a Universidade do Porto ainda assim foi considerada a mais solidária do país. A avaliação foi feita pelo número de candidaturas de voluntários a prémios, como o do Santander e outros. Por isso, recebeu essa menção e eu acho justo porque dá apoio, inclusive temos uma sala, que é a nossa sede, cedida pela Universidade a preço simbólico no centro do Porto. Há de facto essa preocupação com a responsabilidade social, mas há outras dificuldades...

Nesse momento, em que sair da Solidarity Soul, como vai ser?

Quero manter este espírito voluntário e, como disse, gostava de trabalhar na área da responsabilidade social. Porém, o futuro é sempre uma incógnita.



Para além desta vertente mais ambiental de que já falámos, A Solidarity Soul também faz voluntariado em IPSS?

Sim, fazemos no Centro Social da Sé Catedral do Porto, que fica na Batalha, no apoio ao idoso e no apoio educativo. Já realizámos também uma ação no Hospital de São João, em parceria com a associação de voluntariado de lá.

No Centro Social, que tipo de atividade fazem os voluntários?

Acima de tudo, companhia aos idosos, passar tempo com eles, jogar cartas... Já o apoio educativo é dar explicações a crianças de um contexto social um pouco marginalizado.

E o que significa ter recebido o Prémio Cidadania Ativa, na vertente humanitária, da Universidade do Porto?

Receber este prémio foi muito importante, sobretudo por tê-lo recebido das mãos do Presidente da República. Significa o reconhecimento da participação ativa que tenho na área da cidadania e conjuga com outras vertentes da cidadania, como a vertente desportiva, o ser vogal do Conselho Pedagógico da Faculdade de Economia. É um reconhecimento muito importante para mim, para o que contou muito também as experiências em Norcia (2017) e na Polónia (2018), ter participado no intercâmbio europeu para a avaliação do património cultural e marítimo em Sète (França) e ainda no UNICAH Campus (campus humanitário), em Las Palmas (Espanha), em que representei a Universidade do Porto, e também ter integrado o «Training Course», da Agência Alemã para a Cooperação Internacional, em Bona.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)



CNIS INCENTIVA IPSS A ACOLHER PESSOAS VINDAS DA TURQUIA E DO EGITO

PAR quer acolher mais 340 refugiados e precisa de mais instituições anfitriãs

A CNIS integra a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) desde a sua fundação e tem acompanhado e desenvolvido projetos e acolhido famílias de refugiados, fazendo parte integrante das Comunidades de Hospitalidade.

Em três anos, a PAR já recebeu 144 famílias, num total de 674 pessoas acolhidas em mais de 92 Instituições de Acolhimento.

Recentemente, o Governo Português comprometeu-se em, até ao final de 2019, acolher mais 1.010 refugiados, no âmbito do programa de reinstalação da Turquia e Egito.

Deste 1.010, a PAR comprometeu-se com o acolhimento de 340 pessoas, mas para tal é necessário que mais Instituições de Acolhimento façam «PARte» também desta nova ação.

Importa saber que o acolhimento das famílias é de 18 meses, com a Instituição Anfitriã a comprometer-se em disponibilizar alojamento independente, administrar as bolsas mensais, ajudar com aulas de Português, acompanhar com as inscrições nos serviços públicos, promovendo sempre a autonomização.

Recorde-se que, para este acolhimento, todas as IPSS terão o apoio do Secretariado Técnico da PAR, que dará orientação inicial, apoio no processo e sempre que necessário.

A PAR precisa que mais instituições se disponibilizem para acolher famílias de refugiados, sendo que as que quiserem participar, sendo estreantes ou não, devem contactar a Plataforma pelo e-mail par@jrsportugal.pt, através do qual podem solicitar todos os esclarecimentos.

Até agora, e desde 2016, a PAR já promoveu o acolhimento de 147 famílias, distribuídas por 92 Instituições Anfitriãs, num total de 689 pessoas (355 crianças, 334 adultos), sendo que 40% do total ainda permanece em Portugal.

Recorde-se que muitos dos refugiados que inicialmente foram instalados em Portugal saíram do país, em especial rumo à Alemanha e a outros países da Europa central e do Norte, procurando a reunião com familiares.

Para ser Instituição Anfitriã, as IPSS têm que proporcionar alojamento, entregar uma bolsa mensal no valor de 150 euros por pessoa, fornecer géneros alimentares para confeção e/ou acesso a refeições, em caso de necessidade deve também disponibilizar o acesso a roupa, apoiar no acesso a aulas de Português e na inscrição no Serviço Nacional de Saúde.

Por outro lado, devem ainda ajudar na inscrição dos refugiados menores no respetivo agrupamento de escolas e dos menores de 6 anos na Creche e Ensino Pré-Escolar, apoiar na inserção dos refugiados adultos no mercado de trabalho, na inscrição na Segurança Social e ainda no pedido de concessão de apoios sociais.

Por fim, as instituições deverão incentivar e apoiar o processo de autonomização gradual e



crescente das famílias acolhidas, preparando relatórios trimestrais sobre a prossecução dos objetivos no âmbito do acolhimento e integração da família.

Para poder prestar todos estes apoios às famílias de refugiados, as IPSS receberão um apoio financeiro, atribuído pelo Alto-Comissariado para as Migrações, no âmbito dos acordos e fundos europeus para o Acolhimento e Integração de Refugiados, no montante de 7.500 euros por refugiado acolhido. Com este valor a instituição deve financiar as despesas com a bolsa mensal e habitação, entre outras.

Para além do apoio financeiro, a Plataforma de Apoio aos Refugiados conta ainda com um Secretariado Técnico, assegurado pelo Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS Portugal), instituição que assume a missão de acompanhamento de proximidade das Instituições Anfitriãs no seu trabalho de acolhimento e integração.

Esta equipa tem por missão acompanhar as instituições na sua preparação para o acolhimento, fazendo a mediação com outras entidades públicas ou privadas, proporcionando formação específica e contactos com intérpretes, entre outros apoios.

Recorde-se que a PAR surgiu em setembro de 2015 como uma plataforma de organizações da sociedade civil portuguesa para apoiar os refugiados.

Face à urgência de intervenção desde o mesmo ano, mais de 350 organizações portuguesas, muitas delas associadas da CNIS, decidiram





cooperar para dar resposta às necessidades dos refugiados dentro de portas, na Europa e nos países mais afetados por esta crise humanitária.

Através dos seus voluntários, membros, instituições de acolhimento e apoio dos cidadãos, a PAR funciona com um modelo colaborativo entre a sociedade civil, o Estado e as entidades de acolhimento, demonstrando assim que a sociedade civil portuguesa é capaz de se mobilizar e responder aos maiores desafios do nosso tempo.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.















Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detém os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 - 2790-078 CARNAXIDE TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808 FAX: 210 420 098 / 214 249 488 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT





ALIANÇA AUSTRALIANA DE SAÚDE GLOBAL

Efeitos de alterações climáticas podem provocar diversas deficiências

Os efeitos das alterações climáticas podem causar deficiências psíquicas, defeitos de nascimento, obesidade, asma, depressão, entre outros, se não for feito nada para as combater, de acordo com um estudo publicado na Austrália.

O trabalho da Aliança Australiana de Saúde Global (GHAA, na sigla em inglês) analisa os efeitos das alterações climáticas na saúde dos habitantes da Ásia Pacifico, especialmente nas zonas mais propensas a desastres naturais e onde a atividade agrícola foi afetada pelo calor intenso

"Os filhos das mulheres que sofreram danos, entre moderados e severos, por casos objetivamente avaliados e vinculados com as tempestades, sobretudo entre o primeiro e segundo trimestres de gravidez, perderam capacidade cognitiva", revela o estudo, citado pela agência de notícias espanhola EFE.

De acordo com o estudo, isto manifesta-se

aos dois anos com a perda de pelo menos 14 pontos de coeficiente intelectual, assim como menos vocabulário, enquanto a longo prazo a criança revela deficiências no processo de aprendizagem, obesidade e problemas mentais na adolescência.

O estudo também assinala que o aumento do calor pode produzir ou aumentar pandemias como o zika ou outras doenças transmitidas por mosquitos, e agravar outros problemas pela deterioração da qualidade do ar e da água, como a asma, as alergias, pneumonia ou diarreias.

"Não se poderá beber das fontes de água. As mudanças climáticas foram inclusivamente relacionadas com a depressão", revela a investigação, que realça os problemas de saúde mental originados pela escassez de recursos e pelos desastres naturais.

O aumento do nível do mar ou os desastres naturais poderão também reduzir a produção agrícola, o que poderá provocar problemas de malnutrição entre as populações vulneráveis, refere o estudo, que sublinha que colheitas de grãos, como o milho, trigo, arroz ou soja, cairão pelo menos 10% em 2050.

A investigação também destaca que o aumento das temperaturas provoca um maior absentismo laboral por stresse, o que, no caso da Austrália custa todos os anos cerca de 8.700 milhões de dólares australianos, quase 5.400 milhões de euros.

Num outro estudo publicado em 2017, a GHAA assegurava que em 2100 uma em cada três pessoas do planeta estará exposta a ondas de calor extremo suficientes para causar a morte.

A organização apresenta nova recomendações, entre reconhecer que as alterações climáticas têm impacto na saúde da população, capacitar os profissionais de saúde sobre estes efeitos e medidas para reduzir o impacto, entre outras.



PLANO DE AÇÃO 2019-2020

Sem-abrigo com reforço financeiro de 80 milhões

O Governo aprovou, em Lisboa, o novo Plano de Ação 2019-20120 para a integração de pessoas em situação de sem abrigo, que tem um reforço das políticas e também financeiro, para 130 milhões de euros.

O ministro do Trabalho, José Vieira da Silva, presidiu à reunião da Comissão Interministerial da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), que discutiu e aprovou o relatório do Plano de Ação e aprovou o Plano de Ação 2019-2020.

No final da reunião, a secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, disse que este "é em grande medida um plano de continuidade e de reforço das medidas" contempladas no anterior. "Da avaliação e do trabalho dos últimos dois anos foi possível perceber que era essencial reforçar", disse, acrescentando que foram detetadas medidas que, por serem inovadoras e terem tido resultados positivos, este novo plano também as reforça.

No novo plano há um reforço na área das respostas habitacionais, de institucionalização ou de atendimento e também ao nível da formação profissional, com um reforço financeiro para aplicação destas medidas, adiantou. "Há também uma componente muito forte de saúde ou de necessidade de medidas na área da saúde, em particular na área da saúde mental ou das dependências, casos em que o SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências) tem tido um papel fundamental na recuperação e integração", disse ainda.

Outra área que vai ser reforçada é a componente da prevenção, "porque era importante identificar as pessoas que estavam na rua em situação de sem-abrigo e houve um inquérito realizado em 2018 que permitiu identificar as pessoas nesta situação". "É notável termos diariamente números diferentes, pelo bom motivo de pessoas que conseguem sair da rua e pelos

motivos menos bons de pessoas que possam entrar", observou.

A secretária de Estado acrescentou que no inquérito foi possível perceber que era necessário aprofundar a identificação das pessoas em risco de perderem as suas habitações, que claramente são riscos muito fortes que podem conduzir a uma situação de sem-abrigo.

Há também um reforço em termos financeiros, já que no começo do programa há dois anos rondava os 60 milhões de euros e passa para cerca de 130 milhões de euros, por incrementos em áreas como a do emprego e formação profissional, saúde, segurança social, principalmente para dirigir às respostas sociais, ao atendimento, ao apoio das equipas de rua e das equipas técnicas, porque cada pessoa em situação de sem-abrigo tem de ter um gestor de caso.

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023) compreende três eixos de intervenção, que visam a promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação, o reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo, bem como a coordenação, monitorização e avaliação.

O modelo de intervenção definido assenta numa premissa de rentabilização de recursos humanos e financeiros, bem como da necessidade de evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção ao nível da prevenção das situações de sem-abrigo e do acompanhamento junto dos utentes, centrando-se no indivíduo, na família e na comunidade.

Dos seus órgãos e estruturas fazem parte uma Comissão Interministerial e uma Comissão Executiva, um Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), que integra um Núcleo Executivo, e a nível local os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA).

O Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia é constituído por 29 entidades públicas ou com capital público e cinco entidades privadas, num total de 34.

A implementação da ENIPSSA 2017-2023 realiza-se através de Planos de Ação bienais.

"MUITAS DÚVIDAS"

A Comunidade Vida e Paz, que trabalha com pessoas socialmente excluídas, tem "muitas dúvidas" sobre o novo plano de ação para a integração das pessoas sem-abrigo, nomeadamente em relação à verba definida e à forma como vai ser distribuída.

Em comunicado, a Comunidade Vida e Paz diz que "quer ver esclarecidas algumas questões que já estão por resolver há muito tempo e que continuam sem resposta".

No documento, que cita o diretor-geral da organização, Henrique Joaquim diz ter ficado surpreendido com os 130 milhões de euros orçamentados para 2019/2020, o que significa 65 milhões de euros para cada ano, "o dobro do [plano de ação] anterior".

"Sem o acesso ao orçamento oficial não é possível analisar com detalhe este montante e a sua aplicação, mas é muito importante perceber qual a parte para aplicação nas instituições que trabalham no terreno e qual a parte de custos de estrutura e de funcionamento dos serviços públicos", aponta o responsável.

Por outro lado, quer saber quando será criado um "sistema ágil de informação" para identificar e caracterizar o perfil das pessoas sem -abrigo ou quando é que será revisto e definido o novo modelo de funcionamento dos serviços de saúde dedicados às dependências e comportamentos aditivos, que está "à espera há quatro anos".

Pergunta quando vão ser atualizados os valores dos apoios às pessoas em tratamento das dependências e de que forma vão diminuir os tempos de espera nos atendimentos das equipas de tratamento, ou quando é que as pessoas sem-abrigo vão ter uma morada postal.

A Comunidade Vida e Paz questiona ainda como é que a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados pode ser melhorada e quantas habitações foram efetivamente atribuídas e quantas estão a ser utilizadas por pessoas sem-abrigo, tendo em conta que já passou um ano desde a assinatura do protocolo entre a secretária de Estado da Habitação, Ana Pinho, e a secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim.

A instituição reconhece que foram feitos alguns avanços na intervenção com as pessoas sem-abrigo e diz acreditar que é possível alcançar uma sociedade em que não haja ninguém a viver na rua, mas alerta que isso pressupõe uma mudança de cultura e a aceitação de que ser sem-abrigo não é normal, prolongado ou recorrente.





José Figueiredo

Economista

O crescimento da desigualdade, uma nova perspetiva



Enquanto economista e também cidadão o que mais me preocupa nas sociedades de capitalismo avançado é o aumento das desigualdades ao nível dos rendimentos, da riqueza e das oportunidades.

Esse movimento que tende a fazer os mais ricos cada vez mais ricos e os mais pobres cada vez mais pobres vem desde os anos oitenta do século passado, mas acelerou desde o início do presente milénio.

Ainda não sabemos exatamente o que provoca e alimenta esta injustiça crescente, mas conseguimos, de forma não exaustiva, elencar um par de suspeitos: a globalização, a tecnologia, a emergência da gig economy (UBER e quejandos), a perda de representatividade e poder negocial dos sindicatos, etc.

O curioso é que um estudo recente da McKinsey procura mostrar que, embora os suspeitos mais óbvios tenham culpas no cartório, talvez até nem sejam os maiores responsáveis.

Um primeiro aspeto que, segundo a McKinsey, temos de ter em conta é a alteração constante da composição da economia. Naturalmente que se os setores mais capital intensivos ganham peso na geração do rendimento nacional, é inevitável que a fatia do bolo que vai para o trabalho fique mais pequena. Por exemplo, o crescimento do peso do setor imobiliário que antecedeu a crise de 2008/2009 pode ter contribuído para reforçar o peso do capital à custa do trabalho.

Mas, serão outros fatores, de ordem mais geral, que poderão estar a alargar o desequilíbrio.

Um deles pode ter sido o superciclo de algumas matérias primas. O crescimento da China provocou uma valorização muito forte do preço de certas matérias primas, nomeadamente minérios (ferro, cobre, etc.) que fez explodir os lucros das empresas mineiras. O mesmo aconteceu em alguns setores agrícolas.

Outro contributo importante pode ter vindo de algumas indústrias propensas a grandes variações cíclicas na geração de lucros (as linhas aéreas são um bom exemplo).

O segundo contribuinte da lista da McKinsey será a alteração profunda nos padrões de investimento. O investimento hoje não tem nada que ver com o investimento de há um par de décadas. Atualmente o investimento tem uma componente cada vez maior de propriedade intelectual (intangíveis) e de tecnologia a nível de computação e automatização.

Isto tem dois efeitos dramáticos sobre a composição do rendimento. Desde logo o investimento dos nossos dias é amortizado muito mais rapidamente. Mais depreciações deixam menos espaço para remunerar outros fatores nomeadamente o trabalho. Depois, pelo menos em certos setores, pode ser económico substituir trabalho por capital diminuindo a quota do trabalho na geração de rendimento.

Outra novidade que pode estar a encolher a fatia do trabalho é a emergência das empresas superestrelas, nomeadamente os grandes nomes da tecnologia: Facebook, Amazon, Google, etc. que são monopólios naturais, tendem a gerar lucros anormais e, com isso, aumentar a quota do capital na contabilidade do rendimento nacional.

Segundo a McKinsey, em termos de contribuintes para o encolhimento da fatia do trabalho, só em quinto lugar viria o fator de que nos lembramos provavelmente em primeiro lugar, ou seja, a globalização e a perda de poder negocial e representatividade dos sindicatos.

Que pensar disto?

Desde logo alguma cautela com a proveniência. A McKinsey não é propriamente uma entidade isenta – é uma companhia inserida nos mais altos círculos do capitalismo internacional e está, obviamente, desse lado em termos ideológicos. Desvalorizar o papel da perda de força do movimento sindical dá jeito!

Depois os dados recolhidos pela McKinsey são apenas da economia americana. Não é garantido que, por exemplo, na Europa as coisas sejam necessariamente similares.

Em todo o caso, seria estulto ignorar os achamentos da McKinsey.

Em relação ao primeiro – o superciclo das matérias primas e os ciclos longos de alguns setores de atividade – a boa notícia é que são reversíveis. De certa forma, a reversão já está a acontecer na área dos minérios e nas matérias primas agrícolas com o arrefecimento da economia da China.

Já os outros dois fatores: o crescimento das depreciações devido à alteração da composição do investimento e o efeito das empresas superestrelas estão para ficar.

Em relação ao tema das depreciações do

capital há pouco a fazer. Se alguma tendência podemos ver para o futuro é o aumento da intensidade tecnológica e um cada vez maior peso de intangíveis, nomeadamente, propriedade intelectual, na composição do investimento.

Já em relação ao papel das empresas superestrelas depende completamente das autoridades públicas resolver o problema. Dediquei uma longa série de crónicas aos problemas gravíssimos das gigantes da tecnologia na economia e na qualidade da democracia, que já deveriam ter levado as autoridades públicas a tomar medidas e medidas fortes nesta área. Infelizmente temos visto muito menos do que seria desejável e, o pouco que se viu, foi quase exclusivamente na Europa – no resto do mundo vimos pouco mais que nada!

Significa isto que, se excluirmos aquilo que é cíclico e haverá de reverter e aquilo que depende de políticas públicas, fica o fator da alteração da composição do investimento e o crescimento do peso das depreciações como componente estrutural que é mais dificil de lidar.

A outra ameaça, que por hoje pesa pouco mas vai aumentar drasticamente no futuro, é a robotização e a eliminação de postos de trabalho, no limite varrer profissões por inteiro do mapa da sociedade.

Não restam dúvidas que as tendências do mundo moderno favorecem o capital mas, justamente por isso, é que precisamos de políticas públicas – deixar andar não é solução, significa cada vez mais raiva dos que ficam para trás, mais radicalismo e polarização política, significam Brexit, Trump, Salvinni, Orban e outros que esperam na sombras por uma oportunidade.

Por vezes fala-se da Suécia como um contraexemplo, ou seja, como um país onde as políticas públicas são efetivas, onde a desigualdade, embora esteja a crescer, é apesar de tudo menos vincada que em outras geografias e, não obstante, a extrema direita valerá atualmente 20% do eleitorado.

Contudo, uma análise mais fina mostra que na base do crescimento da extrema direita sueca estão fatores no essencial similares aos que alimentaram a polarização e a radicalização políticas noutras paragens. Também na Suécia são fatores económicos que estão na base do ascenso da extrema direita.

Talvez um dia destes valha a pena analisar o caso da Suécia.



40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- · Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- · Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.





A luta pela vida

FICHA TÉCNICA



PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PGM

Portugal pode ser exemplo inspirador no Pacto Global das Migrações

A missão da Organização Internacional para as Migrações em Portugal saudou o "passo importante" do Governo de avançar com um plano nacional para aplicar o Pacto Global, admitindo que a iniciativa poderá ser um "exemplo inspirador" para outros países.

O executivo aprovou em Conselho de Ministros o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, cerca de oito meses depois deste documento negociado sob os auspícios das Nações Unidas, que visa promover "uma migração segura, regular e ordenada", ter sido aprovado pela Assembleia-geral da ONU.

"Parece-me um passo muito importante por várias razões. Em primeiro lugar, porque é um primeiro passo muito concreto para colocar este compromisso político, que é muito importante, em ação. E também porque é feito pouco tempo depois da própria aprovação do Pacto e, portanto, poderá cobrir aqui um ciclo significativo de implementação até 2022, quando se irá realizar o primeiro Fórum Internacional de revisão deste mecanismo", disse Marta Bronzin, que lidera a representação da Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Portugal desde 2010.

A representante referiu que a missão da OIM em Lisboa ainda não conhece na íntegra o plano aprovado pelo Governo (que aguarda publicação em Diário da República), uma vez que não esteve envolvida no processo de elaboração, salientando, porém, que a organização está disponível para colaborar e que aguarda para que existam alguns momentos de consulta alargada "para que seja um exercício inclusivo com outros parceiros não-governamentais".

"Nós estamos aqui. Estamos disponíveis para colaborar em qualquer fase. Também na fase que se possa seguir à adoção deste plano de implementação", afirmou Marta Bronzin, recordando que a organização já trabalhou em outras ocasiões com o Governo, destacando, por exemplo, o desenvolvimento dos Indicadores de Governação das Migrações, "uma ferramenta que a OIM desenvolveu e que permite perceber em que ponto estão as várias politicas de migração nos países-membros e a estrutura de governação das migrações".

A chefe da missão da OIM em Portugal lembrou ainda que caberá à organização, atualmente chefiada pelo português António Vitorino, a responsabilidade de coordenar a "Rede para a Migração", estrutura que irá garantir o apoio, o acompanhamento e a monitorização a nível internacional do Pacto Global.

Sobre alguns dos aspetos já tornados públicos do plano nacional, Marta Bronzin destacou o enfoque dado à migração laboral, à reunificação familiar e à cooperação com países de trânsito e países de origem dos fluxos migratórios.

Um dos aspetos inscritos no Pacto Global era que os países signatários organizassem e aprovassem Planos Nacionais de Implementação e, segundo frisou o Governo, Portugal "será um dos primeiros países do mundo" a passar à fase de concretização.

Aspeto também mencionado por Marta Bronzin.

"Portugal sempre demonstrou uma posição extremamente positiva em relação às migrações, ao contributo dos migrantes, numa ótica de promoção dos direitos fundamentais, dos direitos humanos dos migrantes, de uma migração que seja segura e regular. E a adoção de um Plano Nacional de



Implementação do Pacto é a forma mais robusta ou mais estruturada de dar seguimento ao Pacto que não deveria ser só visto como um documento, mas como um processo, uma agenda que deverá guiar a governação das migrações nos próximos anos", afirmou.

Para a chefe da missão da OIM, a iniciativa portuguesa "poderá ser um exemplo muito inspirador também para outros países".

Fruto de 18 meses de consultas e negociações, o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM, na sigla em inglês) foi adotado formalmente em dezembro passado numa conferência internacional em Marraquexe (Marrocos) e aprovado nesse mesmo mês pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.

O documento internacional tem como base um conjunto de princípios, como a defesa dos direitos humanos, dos direitos das crianças migrantes ou o reconhecimento da soberania nacional.

O texto enumera 23 objetivos e medidas concretas para ajudar os países a lidarem com as migrações, nomeadamente ao nível das fronteiras, da informação e da integração, e para promover "uma migração segura, regular e ordenada".

Mesmo não tendo uma natureza vinculativa, o documento promovido e negociado sob os auspícios das Nações Unidas dividiu opiniões e suscitou críticas de forças nacionalistas e anti-migrações em vários países.

